



PLANO DE METAS PARA O EXERCÍCIO 2017

Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 25ª TO

Palmas - TO
2016



Apresentação

O referido documento apresenta planejamento das ações do Conselho Regional de Serviço Social CRESS, 25ª Região – TO. Sistematizado apartir do processo de discussão participativa no âmbito das comissões, Cofi, Seguridade Social, Ética e Direitos Humanos, Admiração - financeira.

Tem como objetivo organizar a agenda de trabalho das Comissões para o ano de 2017, essa organização interna das atividades da categoria sistematiza as ações político e administrativa da instituição, utilizando como referencia as deliberações do Relatório Parcial do 45º Encontro Nacional.

Refere-se a um documento norteador das ações que tem como objetivo qualificar o processo de fiscalização do exercício profissional, como estratégia de fortalecimento do Serviço Social no Tocantins.

Compreende-se que o cumprimento das normativas profissionais seja primordial para o fortalecimento da profissão e neste contexto, as ações aqui propostas consideram a função precípua de fiscalização dos CRESS e as determinações normativas, as diretrizes da Política Nacional de Fiscalização, as resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, o Código de Ética Profissional e a Lei de regulamentação da Profissão – Lei Federal n.º 8. 662/93. Contempla-se ainda as deliberações destacando as prioridades do 45º Encontro Nacional CFESS/CRESS e o Plano de Lutas da categoria.

EIXO ADMFIN					
Deliberação do Conjunto CFESS/CRESS priorizadas pelo CRESS-TO	Ação	Despesa		Prazo	Previsão Orçamentária
		Itens	Quant.		
1. Corrigir em 9,62% (INPC/IBGE - setembro de 2015 a agosto de 2016) o patamar máximo e mínimo das anuidades do exercício de 2016 a serem praticadas em 2017 e os valores de taxas e emolumentos praticados em 2016, para pessoa física e jurídica, conforme Resolução a ser expedida pelo CFESS, mantendo o parcelamento da anuidade em até 6 (seis) meses se juros, a contar de janeiro. Data de vencimento das parcelas da anuidade: do dia 5 ao dia 10 do mês subsequente. [alteração do percentual de correção]	Convocar Assembléia Ordinária da categoria para deliberação de valores da anuidade a ser praticada no exercício posterior.	Publicação em Diário Oficial; Lanche	-	2017	200,00
2. Realizar por meio do GT do CFESS o processo de substituição das atuais carteiras e cédulas de identidade profissional, adotando uma única identificação,		Material de divulgação	-	2019	

<p>considerando:</p> <p>2.1 expedição de carteiras de identidade profissional na modalidade de cartão policarbonato com <i>chip</i>;</p> <p>1. implantação das novas carteiras de identidade profissional para os/as profissionais inscritos/as a partir de 2015, sendo custeadas pelos mesmos;</p> <p>2. substituição gradativa/ facultativa das carteiras e cédulas profissionais dos/as atuais inscritos/as no prazo de cinco anos, finalizando em dezembro de 2019;</p> <p>3. os valores relativos à implantação e operacionalização das novas carteiras de identidade profissional serão compartilhados pelo conjunto CFESS/CRESS, cabendo ao CFESS o financiamento dos equipamentos necessários e aos CRESS as demais infraestruturas necessárias.</p>					
<p>3. Dar continuidade aos estudos do GT Nacional com representação do CFESS e dos CRESS, por região, para estabelecer: tabela de temporalidade, classificação de</p>	<p>Instituir um grupo de estudo para que, a partir discussão realizadas, formar a</p>			<p>2017</p>	

documentos, termo de listagem de eliminação de documentos, termo de eliminação de documentos e procedimento para digitalização de documentos para registro profissional, bem como Edital de ciência de eliminação de documentos, conforme disposto na Resolução CFESS n. 648/2013.	Comissão responsável pelo referido estudo.				
4. Dar continuidade ao GT Nacional com vistas à padronização da base de dados referentes ao cadastramento de profissionais de cada CRESS por região, com apresentação de resultados no primeiro semestre de 2015.	Instituir um grupo de estudo para que, a partir discussão realizadas, formar a Comissão responsável pelo referido estudo.			2017	
5. Acompanhar a elaboração dos relatórios de gestão do Conjunto CFESS/CRESS, estabelecendo diretrizes comuns a partir da avaliação da devolutiva do Tribunal de Contas da União (TCU). Não havendo devolutiva do TCU até o Encontro Nacional de 2014, o CFESS irá emitir diretrizes para a elaboração do plano de ação de 2015 e prestação de contas do exercício de 2014.	Articular junto ao TCU um Seminário para discutir a temática junto os/as trabalhadores/as de base e conselheiros/as.	Material gráfico Lanche Material escrit.	- - -	2017	

<p>6. Ampliar as iniciativas de transparência do Conjunto CFESS/CRESS à categoria e aos trabalhadores do Conjunto, qualificando-as, de forma a permitir que o conteúdo e as justificativas políticas destas iniciativas também sejam socializados.</p>	<p>-Implementar os procedimentos necessários para efetivação da LAI – Lei de Acesso à Informação; -Aquisição da licença junto a Implanta para utilização do sistema</p>	<p>Manunção mensal</p>	<p>12 mensalidades</p>	<p>2017 Ação continuada</p>	<p>8.532,00</p>
---	---	------------------------	------------------------	-----------------------------	-----------------

<p>7. Realizar estudo sobre processo licitatório para aquisição de sistemas, módulos administrativo, contábil, patrimônio, processos para o Conjunto CFESS/CRESS.</p>	<p>Realizar estudo, no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, visando à possibilidade de construir estratégias comuns para procedimentos relativos a licitações e compras.</p>			2017	
<p>8. Dar continuidade na Política de Combate a inadimplência.</p>	<p>Intensificar a campanha da política de combate a inadimplência no Estado do Tocantins.</p>	<p>Correspondências Material gráfico</p>	-	2017	2.000,00

<p>9. Fortalecer os espaços de articulação da categoria para aprimorar o seu diálogo e a sua organização política/administrativa deste Conselho de acordo com as normativas vigentes.</p>	<p>-Realizar de Reuniões: 02 Assembléias 12 Plenárias 12 Reuniões de diretoria -Assegurar a participação de conselheiros nos GTS -Posse da nova gestão</p>	<p>Diárias Passagens Lanches</p>	<p>-</p>	<p>2017</p>	<p>1.300,00 4.000,00</p>
<p>10. Realização de eventos em comemoração ao dia do Assistente Social</p>	<p>Promover a X Semana de Serviço Social no TO</p>	<p>Passagem Diárias Material Gráfico</p>		<p>2017</p>	
<p>11. Garantir a participação da categoria nas discussões política e profissional promovidas pelo conjunto CFESS/CRESS</p>	<p>-Promover a realização de encontros regionais e seminários locais com objetivo de cumprir a agenda</p>	<p>Diárias Passagens Pastas</p>		<p>2017</p>	

	<p>do conjunto CFESS/CRESS (ex: a multiplicação do curso de Ética em Movimento);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a participação no 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS que será realizado em Brasília-DF - Assegurar a participação de trabalhadores em capacitações / seminários 	<p>Material Gráfico</p> <p>Taxa de inscrição</p>			
<p>12. Criar comissões internas, com a participação de conselheiros/as e trabalhadores/as, para discutir eixos do Encontro Nacional 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implementar sua Política de Gestão do Trabalho, considerando as diretrizes já aprovadas; • Relaborar ou adequar e implementar o Plano de Cargos Carreiras e remuneração; • Instituir a avaliação de desempenho. 	<p>Constituir comissão interna para a reformulação do PCCR</p>	<p>Lanche</p> <p>Material de escritório;</p>			

13. Garantir a realização do Encontro Descentralizado Região Norte de 2017, que será realizado em Palmas / TO	Assegurar a participação do(a)s conselheiros(as) e profissionais de base.	Diárias Lanche Material Gráfico Cópias transporte Locação de espaço físico		2017	300,00 1.000,00 500,00 300,00 400,00
14. Compra da Sede própria do CRESS 25ª região	-Pleitear recurso para compra da sede do CRESS; -Garantir recurso para mudança, as reformas e adaptações necessárias para a nova sede do CRESS			2017	- 35.000,00
15. Aquisição de veículo próprio para o CRESS; a) Manutenção do veículo (combustível) b) Contratação do Seguro para o veículo; c) Contratação de motorista.					

16. Aquisição e manutenção de outros sistemas da “Implanta”		Manutenção mensal	12 meses	2017	12.000,00
17. Aquisição de Coffee Break e lanches (alimentação para as reuniões do pleno das comissões e demais encontros previstos)				2017	13.000,00
18. Confecção histórico de gestão (quadros com fotos ex-presidentes)				2017	800,00
19. Despesas apresentação cultural em eventos				2017	600,00
20. Despesas com cerimonial				2017	600,00
21. Despesas com combustível					1.800,00
22. Serviços de locação de veículos					
23. Aquisição de equipamentos:					
Computador (Completo)		1	3.000,00	2017	
Notebook		1	1.000,00		
Caixa de som amplificada		1	500,00		
Microfone sem fio		3	1.800,00		
Mesa de secretária		2	1.950,00		
Cadeiras		2	900,00		

Arquivo		3	2.000,00		
Impressora		1	1.520,00		
Gaveteiro		2	900,00		
No-break		2	250,00		
Pasta executiva p fiscalização		1	250,00		
Quadro c moldura vidro p mapa		2	2.000,00		
Persianas		3	4.500,00		
Manutenção de todas as persianas		-	5.000,00		
Manutenção da sede / reparos		-	3.500,00		
Confecção da placa de identificação da sede		-	2.500,00		
Banners e faixas		200	1.200,000		
Agendas		100	530,00		
Código de ética;		150	2.200,00		
Estudo Social, Laudos e Pareceres e revistas		-	500,00		
Aquisição de cédulas e carteiras		-	8.000,00		
Material de expediente		-			

EIXO	ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO				
Deliberação do Conjunto CFESS –CRESS priorizadas pelo CRESS-TO	Ação	Despesa		Prazo	Previsão Orçamentária
		Itens	Quant.		
1. Manter ações de enfrentamento às requisições de emissão de laudos e pareceres por parte de instituições do Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público às profissionais que não sejam vinculados a tais instituições (PRIORIDADE)	Orientar os profissionais a tomar posicionamento para o enfrentamento tendo como subsidio a manifestação do CFESS.			2017	XX
2. Amadurecer posicionamento do Conjunto sobre a atuação de assistentes sociais em comissões de avaliação disciplinar, de monitoramento e comissões técnicas de classificação previstas no SINASE e na LEP. (PRIORIDADE)	Realizar reunião ampliada com profissionais de atuação neste espaço sócio ocupacional	Convites via e-mail e redes sociais	02	1º semestre	XX

3. Apresentação de nota técnica elaborada por uma/ um especialista na temática, com vistas a subsidiar as discussões no Conjunto sobre a atuação de assistentes sociais em comissões de avaliação disciplinar, de monitoramento e comissões técnicas de classificação previstas no SINASE e na LEP. [inclusão]	Divulgar notas técnicas aos profissionais da área.	Email, site, face		1º semestre	XX
4. Acompanhar a implementação do cadastramento nacional dos campos de estágio e a fiscalização da supervisão direta. (PRIORIDADE)	Implantar o sistema de cadastramento via site e realizar capacitação aos supervisores de estágio.	Inserção do link no site. Reunião com supervisores acadêmicos.	02	1º semestre	R\$ 300,00
5. Fazer gestões junto à Caixa Econômica Federal, em relação às solicitações de inscrição de pessoa jurídica junto aos CRESS pelas empresas prestadoras de serviço. (PRIORIDADE)	Realizar uma carta de esclarecimento técnico aos gestores da Caixa Econômica no que tange a especificidade de registro do CRESS.	Visita a caixa e envio de documento	01	1º semestre	R\$ 60,00

6. Aprofundar estudo jurídico sobre situações em que o assistente social no exercício profissional assume tutela, curatela ou a administração de recursos dos usuários com ou sem a devida nomeação legal. [alteração de redação]	Reunião com a comissão sócio-jurídica e profissionais				XX
7. Aprofundar e socializar a discussão sobre as atribuições do/a assistente social, contemplando o debate sobre o material técnico sigiloso.(PRIORIDADE)	Debater com os profissionais de base.				XX
8. Aprofundar estudos acerca da atuação do/a assistente social enquanto Responsável Técnico/a (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART) com base na Lei nº 8.662/1993.	Continuar emitindo declaração pelo setor de inscrição, até a emissão da resolução CFESS/CRESS.				XX
9. Acompanhar a discussão sobre a Regulação do Trabalho em Saúde.					XX
10. Aprofundar o debate e elaborar					XX

posicionamento em relação à atuação do/a assistente social em ações de conciliação e mediação de conflitos propostas pelo Conselho Nacional de Justiça e outros órgãos. (PRIORIDADE)					
11. Realizar discussões/ações acerca do exercício profissional em Comunidades Terapêuticas. (PRIORIDADE)	Realizar visitas de orientação e fiscalização e realizar uma plenária para debate.	Locação de veículo com motorista	08	1º semestre	R\$ 3.592,00
12. Aprofundar o debate sobre as atribuições profissionais e de cargos genéricos considerando as atuais requisições de natureza <i>inter, multie</i> transdisciplinar que envolvam assistentes sociais. (PRIORIDADE)	Realizar reunião com profissionais que atual em equipes multiprofissional	02		2º semestre	
13. Reformular os atuais instrumentais utilizados nas ações de fiscalização (formulário de Relatório de Visitas de Fiscalização, o Termo de Visita de Fiscalização e Notificação, modulo pesquisa), através da criação de um GT com a	Atualizar os instrumentais para a gráfica, termo de visita e relatório de fiscalização.	Impressão na gráfica	01 bloco de cada		R\$ 60,00

participação dos agentes fiscais para sistematizar os debates ocorridos nos Fóruns Regionais das COFIs e no Seminário Nacional das COFIs, culminando com sua aprovação no Encontro Nacional CFESS/CRESS.					
14. Promover análise e estudos jurídicos quanto aos procedimentos cabíveis à fiscalização junto aos empregadores acerca do cumprimento do artigo 5ºA da lei 8.662/93 que estabelece jornada de 30 horas semanais, sem redução de salário para assistentes sociais (lei 12.317/2010).					
15. Promover discussão no âmbito dos CRESS sobre a ética profissional no exercício profissional de assistentes sociais que ocupam cargos de gestão e coordenações de equipe e de políticas públicas.	Realizar reuniões com os profissionais				
16. Estimular debates sobre o exercício profissional junto às pessoas com deficiência e					

defender condições éticas e técnicas de trabalho baseado na Lei Brasileira de Inclusão ao profissional de SS com deficiência, fortalecendo a articulação com os movimentos em defesa das pessoas com deficiência e suas entidades representativas, defendendo a efetivação de uma política de acessibilidade que rompa com as barreiras físicas, de comunicação e atitudinais. [alteração de redação]					
--	--	--	--	--	--

Eixos da Política Nacional de Fiscalização.	Ação	Despesa		Prazo	Previsão Orçamentária
		Item	Quant.		
I – Potencialização da Ação fiscalizadora para valorizar, defender, fortalecer e publicizar a profissão	Realizar 48 visitas orientação e fiscalização em cidades do interior do estado.	Diárias de agentes fiscais	27	Fevereiro a novembro	R\$ 22.790,00
		Combustível	1.200 lts		
		Locação de veículo	6		
		Diária de motorista	30		
		Smartphone	01		R\$ 549,00
		Notebook Portátil Dell	01		R\$ 3.499,00
		Impressora Portátil jato de	01		R\$ 1,969,56

		tinta color HP			
		Catucho preto	10		R\$ 80,00
		Correspondências	30		
	Realizar visitas de fiscalização na capital	Locação de veículo ou taxi	30	Fevereiro a novembro	R\$ 2.994,00
	Confeccionar material para lacração de material técnico e sigiloso.	Bolsa/envelope de lona Lacre e Adesivo	100		R\$ 1.000,00
	Confeccionar termo de lacração carbonado.	Termo de lacração	50und.		R\$ 319,00
	Confeccionar folder da Resolução 493/06	Folder	1.000 und	1º semestre	R\$ 1.300,00
	Confeção da Resolução 533/08	Folder	500und.	1º semestre	R\$ 480,00

	Serviços de correio AR	AR	50 und.		R\$ 400,00
	Correspondência comum		30 und		R\$ 60,00
	Fiscalizar todos os editais de concursos públicos da jurisdição do TO e notificar quando não for condizente com que rege as normativas da profissão.	Serviços de correio AR	20 und.	Fevereiro a novembro	R\$ 160,00
Capacitação técnica e política dos Agentes fiscais e demais membros das COFIS para o Exercício da Orientação e Fiscalização	Participar do Seminário Nacional das COFIs em Brasília.	Passagens e diárias	01 passagem ida e volta e 02 diárias	1º semestre	R\$ 2.220,00
	Participar do Encontro Nacional e Seminário em Bsb.	Passagens e diárias	Passagem ida e volta 6 diárias	2 semestre	R\$ 2.740,00
	Capacitar agentes fiscais e funcionários para alimentar o SISCAP – Módulo fiscalização	Passagens e diárias	01 Passagem ida e volta 02 diárias		R\$ 2.220,00

Articulação programática entre CFESS/CRESS, ABPESS, ENESSO, unidades de ensino e Representações locais de Estudantes I	Promover capacitação de orientação para as instituições e profissionais que elaboram concursos públicos na área de Serviço Social.	Reunião ampliada, Ofício Moto táxi E-mail	01	2017	R\$ 600,00
	Realizar orientação profissional de fiscalização no momento pedagógico para a entrega de carteira e cédulas profissionais.	Convite via e-mail e telefone Certificado Lanche	06	A cada 45 dias	R\$ 400,00
	Apoiar financeiramente o projeto de intervenção de Supervisão de estágio;	Folder Manual Cartilha Mesa redonda com 4 cadeiras	150 01	2017	R\$ 600,00 R\$ 699,00
	Articulação e apoio aos movimentos sociais.	4 Faixas	24 metros		R\$ 500,00
	Participação em manifestação nas	Carro de Som	06 horas		R\$ 600,00

	lutas de ampliação e garantia de direitos				
	Participação e Representação em instâncias de controle social.	Combustível	30		R\$ 300,00

EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Deliberação do Conjunto CFESS/CRESS priorizadas pelo CRESS-TO	Ação	Despesa		Prazo	Previsão Orçamentária
		Itens	Quant.		
1. Acompanhar o processo de revisão na LEP tendo em vista a necessidade de estabelecer uma legislação que contemple a garantia de direitos da população carcerária e de suas famílias, de modo a avançar diante da vigente concepção punitiva-disciplinar, mantendo o posicionamento contrário à participação de assistentes sociais nos conselhos de comunidade.	Instituir um grupo de estudo para que, a partir discussão realizadas, formar a Comissão responsável pelo referido estudo.			2017	
2. Realizar ações jurídico-políticas de enfrentamento aos processos de inquirição especial de testemunhas e produção antecipada de provas, nos termos da resolução 554/2009 (DSD), atualmente suspensa por decisão do judiciário.	Ampliar a discussão da temática entre profissionais da base e conselheiros			2017	
3. Manter a participação em iniciativas que buscam a responsabilização dos autores de tortura e crime de lesa-	Instituir um grupo de estudo para que, a partir discussão			2017	

humanidade nos anos da ditadura militar brasileira.	realizadas, formar a Comissão responsável pelo referido estudo.				
4. Reforçar as lutas pelas diretrizes contidas na versão original do PL122/06, que propõe a criminalização da homofobia. [alteração de redação em 2015]	Promover Seminários com a participação de profissionais e conselheiras/os para discussão da temática			2017	
5. Dar continuidade ao debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados (conforme Carta de Direitos dos Usuários do SUS) e no acesso às políticas públicas para a população LGBT, considerando a livre identidade de gênero. [alteração da responsabilidade em 2015]	Realizar debates sobre a importância do posicionamento favorável da categoria e da sociedade para efetivação deste direito.			2017	
6. Realizar debates sobre a relação entre o exercício profissional e as formas de tortura, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, arbitrárias, sumárias e outras violações praticadas pelos agentes do Estado.	Promover Seminários com a participação de profissionais e conselheiras/os para discussão da temática			2017	
7. Efetivar uma política de acessibilidade nas instâncias físicas e políticas do Conjunto CFESS/CRESS, visando	Instituir um grupo de estudo para que, a partir discussão			2017	

superar as barreiras físicas de comunicação e atitudinais.	realizadas, formar a Comissão responsável pelo referido estudo.				
8. Realizar no âmbito dos CRESS a defesa do sistema de proteção à Pessoa, o qual inclui programas como PROVITA (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas), PPCAAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte), PPDDH (Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos). [alteração de redação em 2015]	Articular com os Conselhos de defesa dos Direitos Humanos uma discussão e produção de materiais informativos.			2017	
9. Promover ações com vistas ao debate crítico do PL 6583/2013 que dispõe sobre o Estatuto da Família. [inclusão em 2015]	Ampliar a discussão da temática entre profissionais da base e conselheiros			2017	



EIXO SEGURIDADE SOCIAL					
Deliberação do Conjunto CFESS/CRESS priorizadas pelo CRESS-TO	Ação	Despesa		Prazo	Previsão Orçamentária
		Itens	Quant.		
<p>1. Participar e acompanhar criticamente o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conforme princípios inscritos na agenda permanente do Conjunto CFESS/CRESS.</p> <p>1.1.fazer incidência junto à Previdência Social, MDS e nos demais espaços de atuação profissional e controle social, para que, mediante a requisição do BPC para pessoa com deficiência, o resultado final da avaliação da deficiência e grau de impedimento, não seja determinado exclusivamente pela avaliação biomédica do quesito impedimento de longo prazo (fixado politicamente pelo período de 2anos), desconsiderando toda a metodologia (concepção, procedimentos técnicos, instrumentais) da Avaliação</p>	<p>Promover seminários e espaços de discussões envolvendo profissionais, sociedade e movimentos sociais, buscando fortalecer um posicionamento crítico e contrório a qualquer retrocesso proposto no âmbito da Seguridade Social.</p>			2017	

<p>Conjunta do Serviço Social e Perícia Médica do INSS, normatizado a partir da CIF e da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;</p> <p>1.2.manter articulação permanente com os movimentos sociais e instâncias de controle social, visando tornar pública a posição do STF sobre o acesso ao BPC (não restrito ao recorte de renda, mas às condições de vida do requerente), possibilitando ampliação do acesso a este benefício constitucional, como benefício não contributivo no valor de um salário mínimo.</p>					
<p>2. Acompanhar o processo de implementação da gestão do trabalho do SUAS nas três esferas de governo, por meio da participação nos Fóruns dos Trabalhadores do SUAS e nos espaços de controle social e de organização política dos trabalhadores.</p> <p>2.1.articulação com outras categorias profissionais, sindicatos e demais forças sociais para instituição das mesas de negociação, nas três esferas de governo, para defesa e regulação das condições e relações de trabalho,</p>	<p>Instituir um grupo de estudo para que, a partir discussão realizadas, formar a Comissão responsável pelo referido estudo.</p>			2017	

incluindo elaboração do plano de cargos, carreiras, salários e remuneração para os/as trabalhadores do SUAS, realização de concurso publico especifico para a Política de Assistência Social e implementação da Política de Educação Permanente do SUAS.					
3. Dar continuidade as atividades relacionadas à luta do Serviço Social na Educação, articulando com outras categorias profissionais, ENESSO, ABEPSS, ANDES, outros movimentos sociais e sindicatos ligados à construção da política de educação.	Constituir o GT para tratar a temática: Serviço Social na Educação Promover atividades que visam ampliar a discussão e articular com as demais instancias interessadas ao tema.			2017	
4. Fortalecer e acompanhar a reestruturação do Serviço Social do INSS, defendendo a competência estabelecida no artigo 88 da lei 8.213/91, como direito dos usuários, bem como a matriz teórico - metodológica do Serviço Social na Previdência Social e as diretrizes do manual técnico do Serviço Social no INSS.				2017	

<p>4.1.acompanhar e monitorar junto ao MPOG e ao Ministério da Previdência Social para que seja imediatamente publicado o decreto que trata das atribuições privativas e competências dos/as assistentes sociais do INSS, elaborado pelo GT, que contou com a participação do CFESS, MDS e INSS, em 2007;</p> <p>4.2.aprofundar o debate sobre a avaliação multiprofissional na concessão dos benefícios previdenciários;</p> <p>4.3.estímular a publicização do instrumento utilizado pela perícia médica e serviço social para avaliação funcional do grau de deficiência previsto na LC 142/2013, bem como discussões com as entidades e movimentos organizados das pessoas com deficiência.</p>					
<p>5. Priorizar ações conjuntas com entidades, movimentos sociais e fóruns em defesa do SUS e a frente nacional contra a privatização da saúde contrários às privatizações, fundações privadas, OSs, OSCIPs, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH/S.A), Parcerias Público/Privado (PPPs) e outras modalidades, defendendo a</p>	<p>Garantir a participação dos profissionais da base e conselheiras/os nos espaços de discussão da defesa da saúde pública e universal;</p>			<p>2017</p>	

responsabilização do Estado na condução das políticas públicas, e visando conhecer os impactos das mudanças para o exercício profissional.					
<p>6. Fortalecer a luta pela plena efetivação da reforma psiquiátrica e dos mecanismos de atenção aos usuários dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas, articulado com o controle social e movimentos sociais, na perspectiva de ampliação e consolidação de uma rede substitutiva que seja capaz de sustentar uma ação integral e antimanicomial no campo da saúde mental:</p> <p>6.1.defesa da ampliação e dos investimentos nos serviços da rede pública de atenção integral (CAPS I, II e III, CAPs AD, CAPs Infantil, Centros de Convivência, Centros de Acolhimentos Transitório, Leitos para Desintoxicação em Hospitais Gerais, leitos Psiquiátricos em HG, Residências Terapêuticas e Consultório de Rua) às pessoas em sofrimento mental e usuários de substâncias psicoativas, posicionando-se contra a privatização dos serviços de saúde mental;</p>	<p>Constituir o GT para tratar a temática: saúde mental, álcool e outras drogas</p> <p>Promover atividades que visam ampliar a discussão e articular com as demais instancias interessadas ao tema.</p>			2017	

<p>6.2.defesa da expansão e consolidação dos serviços residenciais terapêuticos (SRT), articulando-os à política nacional de habitação, para que o processo de desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos seja consolidado;</p> <p>6.3.incidência política junto às instâncias de gestão e de deliberação acerca dos critérios de implantação dos serviços de saúde mental, especialmente, os CAPs, possibilitando que mais usuários tenham acesso a esses serviços especializados;</p> <p>6.4.defesa e fortalecimento da Política Nacional de Redução de Danos como possibilidade de cuidado e promoção da saúde, endossando o seu caráter intersetorial, com destaque para as políticas de educação pública e de defesa dos direitos, se posicionando contrário ao Plano Crack: é possível vencer;</p> <p>6.5.participar dos núcleos da luta antimanicomial e da frente de Direitos Humanos e Drogas e dos diversos espaços de controle social democrático.</p>					
---	--	--	--	--	--

7. Fortalecer as lutas pelo direito à cidade, articulando as dimensões urbana e agrária.	Articular com os movimentos sociais urbanos um seminário para reflexão sobre a política de habitação no Estado do Tocantins			2017	
8. Aprofundar o debate junto às/aos assistentes sociais sobre os direitos das pessoas com deficiência, considerando a aprovação da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e as mudanças conceituais em vigor, conforme Convenção da ONU. [alteração de redação em 2015]	Articular com os Conselhos de defesa dos Direitos Humanos uma discussão e produção de materiais informativos.			2017	
9. Fomentar debates com a categoria sobre orçamento público e financiamento de políticas públicas.	Articular Seminário para discutir a temática junto os/as trabalhadores/as e conselheiros/as			2107	

<p>10. Defender posicionamento contrário à internação de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, unidades acolhedoras e outras instituições congêneres (inclusive nas financiadas por verbas públicas, tendo em vista as denúncias de violações de direitos humanos nestes espaços, através de relatórios de inspeção já realizados, a exemplo dos relatórios do Conselho Federal de Psicologia e do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura do Estado do Rio de Janeiro), defendendo a perspectiva de redução de danos e uma intervenção profissional e laica no tratamento dessas pessoas.</p>	<p>Promover atividades que visam ampliar a discussão e articular com as demais instancias interessadas ao tema.</p>			<p>2017</p>	
<p>11. Fazer incidência política junto a ANDIFES/FONAPRACE, conselhos profissionais e outras instâncias no processo de construção e aprovação de uma Política Nacional de Assistência Estudantil garantindo a obrigatoriedade de participação de assistente social na</p>				<p>2017</p>	

equipe mínima de operacionalização dessa política. [alteração de redação em 2015]					
--	--	--	--	--	--

EIXO RELAÇÕES INTERNACIONAIS					
Deliberação do Conjunto CFESS/CRESS priorizadas pelo CRESS-TO	Ação	Despesa		Prazo	Previsão Orçamentária
		Itens	Quant.		
1. Realizar debate com a categoria sobre o Serviço Social no âmbito mundial.	Promover Seminários com a participação de profissionais e conselheiras/os para discussão da temática			2017	

EIXO COMUNICAÇÃO					
Deliberação do Conjunto CFESS/CRESS priorizadas pelo CRESS-TO	Ação	Despesa		Prazo	Previsão Orçamentária
		Itens	Quant.		
1. Realizar no primeiro ano de cada gestão capacitação da Comissão de Comunicação, conselheiros e demais comissões para a implementação da Política Nacional de Comunicação.	Realização de oficinas sobre comunicação e implementação da Política Nacional de Comunicação destinados a Comissão de Comunicação, conselheiros e demais comissões				
2. Disponibilizar o Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão, bem como campanhas, chamadas aos eventos e editais do	Buscar parcerias para disponibilizar o Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei de Regulamentação da				

Conjunto CFESS/ CRESS, em áudio e na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos <i>sites</i> do Conjunto.	Profissão, bem como campanhas, chamadas aos eventos e editais do Conjunto CFESS/ CRESS, em áudio e na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos sites do Conjunto.				
3. Dar continuidade à implementação da 3ª versão da Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS/CRESS [alteração de redação em 2015]	Dar continuidade à implementação da 3ª versão da Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS/CRESS com veiculação de releases sobre as ações do CRESS nos principais veículos de comunicação do Estado, nos site e rede sociais do Conselho. Disponibilizar artigo sobre o posicionamento				

	da categoria em jornal impresso de grande circulação.realizar o Boletim informativo sobre as ações executadas pelo CRESS/TO.				
--	--	--	--	--	--